



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento
e Gestão

IPECE

Informe

Nº 140 – Dezembro/2018

**Renda, Pobreza e Desigualdade:
O Atual Contexto da Economia
Cearense.**

Governador do Estado do Ceará

Camilo Sobreira de Santana

Vice-Governadora do Estado do Ceará

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG

Francisco de Queiroz Maia Júnior – Secretário

Antônio Sérgio Montenegro Cavalcante – Secretário adjunto

Júlio Cavalcante Neto – Secretário executivo

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE

Diretor Geral

Flávio Ataliba Flexa Daltró Barreto

Diretoria de Estudos Econômicos – DIEC

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

Diretoria de Estudos Sociais – DISOC

João Mário de França

Diretoria de Estudos de Gestão Pública – DIGEP

Cláudio André Gondim Nogueira

Gerência de Estatística, Geografia e Informação – GEGIN

Marília Rodrigues Firmiano

IPECE Informe – Nº 140 – Dezembro/2018

DIRETORIA RESPONSÁVEL:

Diretoria de Estudos Sociais – DISOC

Elaboração:

Décio N. Chaves de Assis (Assessor Técnico de Estudos Sociais)

Jimmy Lima de Oliveira (Analista de Políticas Públicas)

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Missão: Propor políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do Ceará por meio da geração de conhecimento, informações geossocioeconômicas e dá assessoria ao Governo do Estado em suas decisões estratégicas.

Valores: Ética e transparência; Rigor científico; Competência profissional; Cooperação interinstitucional e Compromisso com a sociedade.

Visão: Ser uma Instituição de pesquisa capaz de influenciar de modo mais efetivo, até 2025, a formulação de políticas públicas estruturadoras do desenvolvimento sustentável do estado do Ceará.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) -
Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n | Edifício SEPLAG | Térreo -
Cambeba | Cep: 60.822-325 |
Fortaleza, Ceará, Brasil | Telefone: (85) 3101-3521
<http://www.ipece.ce.gov.br/>

Sobre o IPECE Informe

A Série **IPECE Informe**, disponibilizada pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), visa divulgar análises técnicas sobre temas relevantes de forma objetiva. Com esse documento, o Instituto busca promover debates sobre assuntos de interesse da sociedade, de um modo geral, abrindo espaço para realização de futuros estudos.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE 2018

IPECE informe / Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) / Fortaleza – Ceará: Ipece, 2018 - ISSN: 2594-8717

1. Economia Brasileira. 2. Economia Cearense. 3. Aspectos Econômicos. 4. Aspectos Sociais. 5. Aspectos Geográficos. 6. Mercado de Trabalho. 7. Finanças Públicas. 8. Gestão Pública.

Nesta Edição

O objetivo deste Informe foi verificar o comportamento de variáveis importantes para o bem-estar social – renda, pobreza e desigualdade, da população cearense nos últimos dois anos e, sempre que possível, relativiza-las a região Nordeste e ao Brasil. A base de dados que viabilizou o cálculo dos indicadores foi oriunda da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) elaborada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e o recorte temporal utilizado foi de 2016 e 2017.

Pode-se destacar como avanço nesse período o aumento do rendimento médio cearense (4,7%), que passou de R\$ 788,00 em 2016 para R\$ 825,00 em 2017. Outro ponto positivo no Estado foi a redução da pobreza em -1% nesse período, passando de 20,1% em 2016 para 19,9% em 2017 o percentual de pessoas em situação de pobreza no Ceará. Esses movimentos ocorreram de modo inverso no cenário nacional, com redução da renda per capita e aumento da pobreza.

Dentre os desafios, destaca-se a piora na distribuição de rendimentos do Estado, que apresentou aumento do coeficiente de Gini no período. Nesse iterim, enquanto a região Nordeste e o estado do Ceará pioraram sua distribuição de rendimentos, o Brasil permaneceu estável nesse indicador. Sem dúvidas, reduzir as desigualdades e aumentar as oportunidades econômicas são uns dos principais desafios para o Brasil e a sociedade cearense nos próximos anos.

1. Introdução

A economia cearense, bem como a economia brasileira, passou nos últimos anos por fortes alterações. Desde a perda expressiva de produto *per capita*, a grandes modificações na dinâmica do mercado de trabalho, assim como reformulações político-institucionais. Desse modo, diante contextos tão adversos, é salutar questionar se essas alterações interferiram no padrão socioeconômico médio de nossa sociedade.

Nesse sentido, o objetivo deste Informe é verificar o comportamento de variáveis importantes para o bem-estar social – renda, pobreza e desigualdade, da população cearense nos últimos dois anos e, sempre que possível, relativiza-las a região Nordeste e ao Brasil. A base de dados que viabilizou o cálculo dos indicadores é oriunda, basicamente, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) elaborada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o recorte temporal utilizado é de 2016 e 2017.

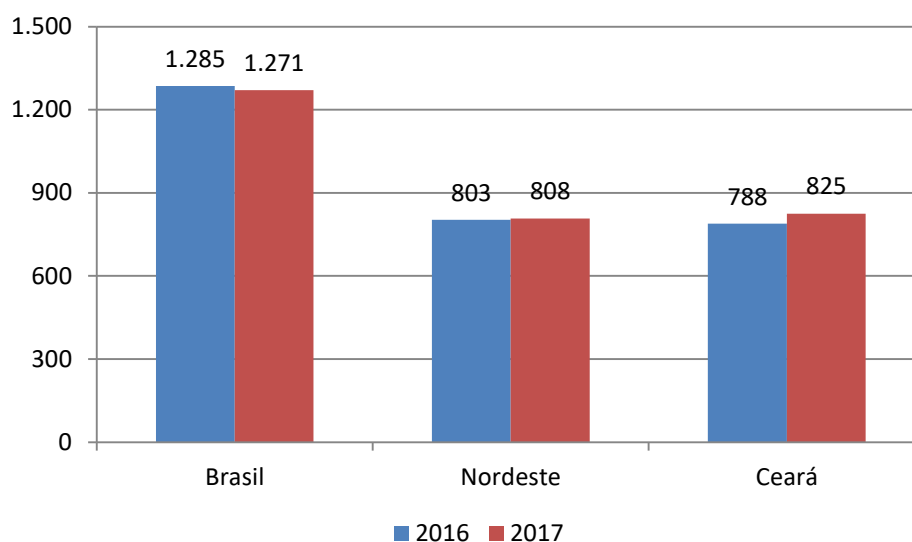
É de fundamental importância a análise desses indicadores para o estado do Ceará. Haja vista que as desigualdades, sejam elas étnicas, etárias, de gênero ou espacial, não só impedem que determinada população tenha acesso de forma democrática aos bens e serviços, como também determinam o sucesso das gerações futuras especialmente as crianças e os jovens menos favorecidos. Na verdade, o custo social que se impõe com a presença de elevadas taxas de pobreza e desigualdade em uma sociedade acaba traduzindo-se também em um expressivo custo econômico.

Assim, além desta seção introdutória, esse estudo divide-se em mais quatro seções. A seção a seguir apresenta a evolução da renda média cearense. Na seção 3 expõe-se medidas de extrema pobreza e pobreza do estado do Ceará. Na seção 4 exhibe-se indicadores de desigualdade da distribuição de renda do Estado. Por fim, são feitas as considerações finais do estudo.

2. Evolução da Renda

O atual contexto do rendimento domiciliar *per capita* médio mensal real, no período de 2016 e 2017, para o estado do Ceará, a região Nordeste e o Brasil é exposto a seguir no Gráfico 1. Os dados revelam que houve uma tendência de crescimento no período para o Estado e região Nordeste, destacando-se o Ceará que ampliou o rendimento médio domiciliar *per capita* em 4,7%, passando de R\$ 788,00 em 2016 para R\$ 825,00 em 2017. A região Nordeste apresentou crescimento de 0,6%, em contrapartida o Brasil sofreu uma redução de -1,1% na renda *per capita* nesse período. Contudo, o estado do Ceará e o Nordeste expõem rendimento médio inferior ao nacional, que foi de R\$ 1.271, 00 em 2017.

Gráfico 1: Renda per capita mensal real (em reais de 2017) – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 e 2017.



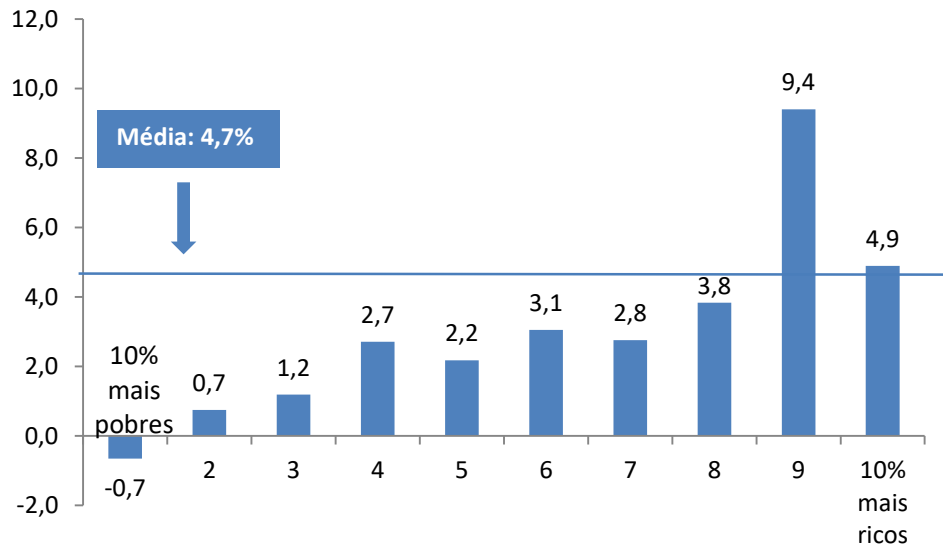
Taxa de variação			
Período	Brasil	Nordeste	Ceará
2017/2016	-1,1	0,6	4,7

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual – PNAD Contínua/IBGE.

O Gráfico 2 apresenta a taxa de crescimento da renda média per capita por décimos da população no estado do Ceará entre os anos de 2016 e 2017. Pode-se observar que o crescimento da renda média no Estado foi maior para a população que apresenta maiores níveis de rendimento, esse grupo geralmente é composto pelos indivíduos que detêm maiores níveis de escolaridade. No Ceará, nesse período, a renda domiciliar per capita dos 10% mais ricos cresceu (4,9%) consideravelmente, ao passo que a renda dos 10% mais pobres reduziu (-0,7%). Por fim, destaca-

se o nono decil da população que exibiu a maior taxa de crescimento da renda, aproximadamente 9,4%.

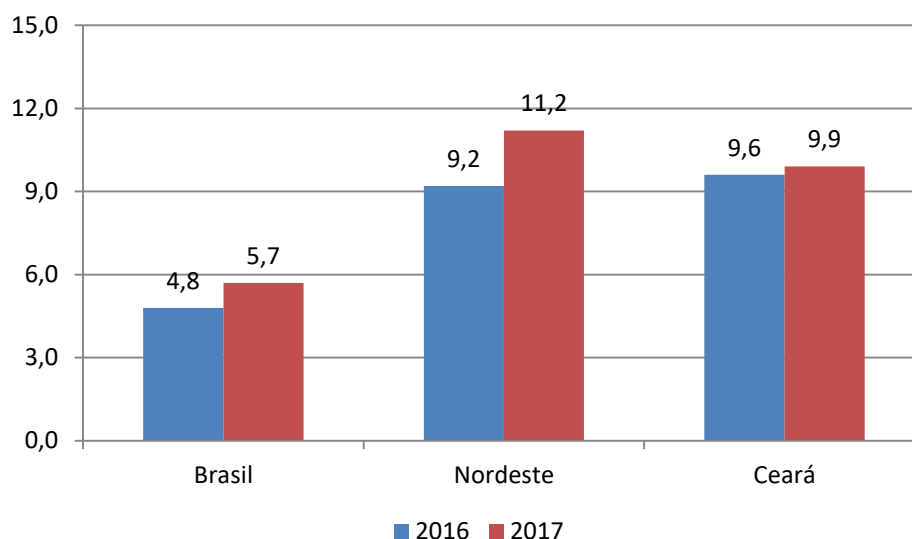
Gráfico 2: Taxa de crescimento anual do rendimento per capita por décimos da distribuição de renda - Ceará - 2017/2016.



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual – PNAD Contínua/IBGE.

3. Extrema Pobreza e Pobreza

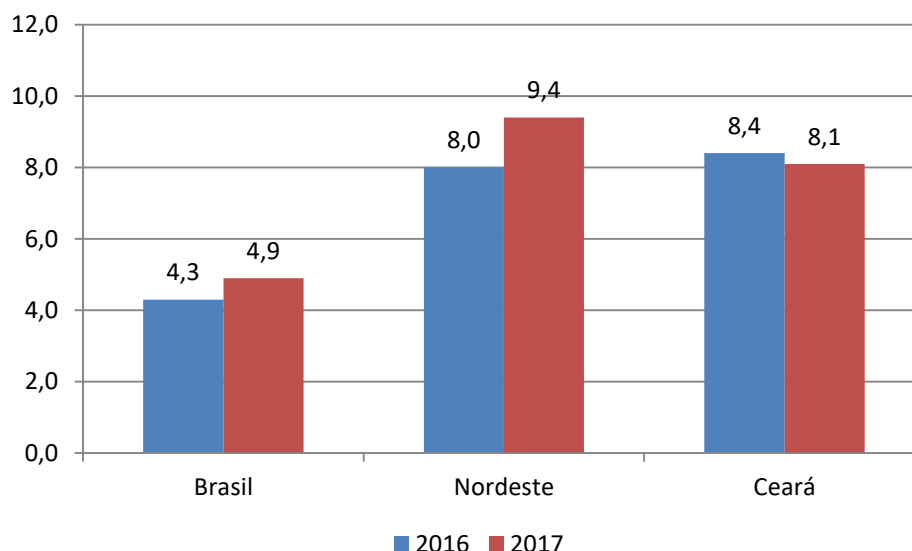
Essa seção apresenta os indicadores atinentes a pobreza e extrema pobreza, ressalta-se que a extrema pobreza foi mensurada por dois critérios distintos. Inicialmente, o Gráfico 3 expõe o percentual de pessoas em situação de extrema pobreza para o Ceará, o Nordeste e o Brasil, com base em uma linha de extrema pobreza de R\$ 70,00 com valores deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para Reais de 2017. Já o Gráfico 4 exibe o percentual de pessoas em extrema pobreza pelo critério do Programa Bolsa Família, sem a realização do deflacionamento do valor da linha de pobreza. No período 2016-2017, o Gráfico 3 mostra que as unidades geográficas em análise aumentaram suas taxas de extrema pobreza. Com destaque para a região Nordeste que ampliou sua taxa em 21,7%, partindo de 9,2% de extremamente pobres em 2016 para 11,2% em 2017. O estado do Ceará, nesse mesmo período, passou de 9,6% para 9,9% no mesmo indicador.

Gráfico 3: Percentual de pessoas em extrema pobreza – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 e 2017.

Taxa de variação			
Período	Brasil	Nordeste	Ceará
2017/2016	18,8	21,7	3,1

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual – PNAD Contínua/IBGE.

Nota: O Decreto 7.492, de junho de 2011, instituiu o Plano Brasil Sem Miséria, com a finalidade de superar a situação de extrema pobreza. Foram consideradas em pobreza extrema as famílias que vivem com menos de R\$ 70,00 (em reais de junho de 2011) mensais por pessoa. Para comparações ao longo do tempo, o valor da linha de extrema pobreza foi deflacionado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Gráfico 4: Percentual de pessoas em extrema pobreza (critério PBF) – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 e 2017.

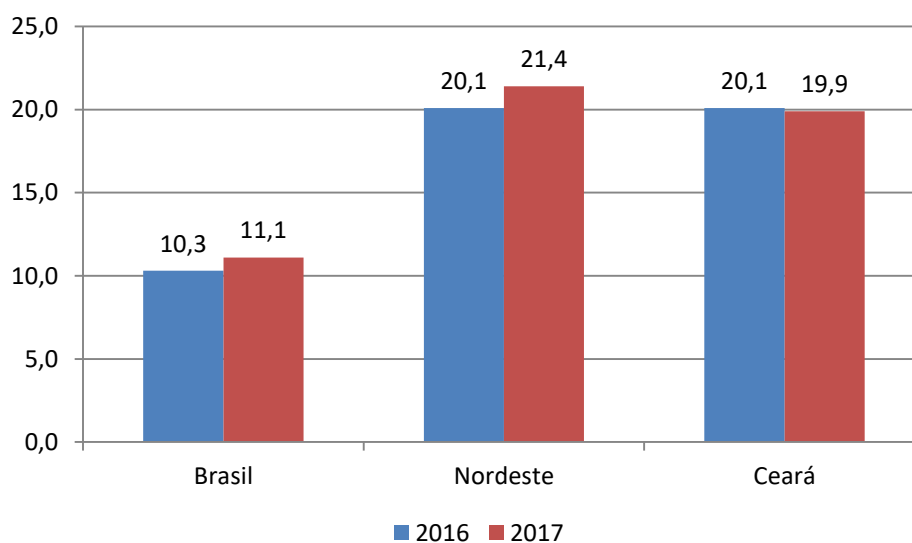
Taxa de variação			
Período	Brasil	Nordeste	Ceará
2017/2016	14,0	17,5	-3,6

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual – PNAD Contínua/IBGE.

Em contrapartida, o Gráfico 4 demonstra que pelo critério do Programa Bolsa Família, enquanto o Brasil (14%) e a região Nordeste (17,5%) tiveram aumento das taxas de extrema pobreza, o Ceará reduziu sua extrema pobreza em -3,6%, passando de 8,4% em 2016 para 8,1% em 2017. No ano de 2017, destaca-se que o Estado (8,1%) apresenta valor inferior a média regional (9,4%), todavia superior a média nacional (4,9%).

O Gráfico 5 exibe o percentual de pessoas em situação de pobreza, com base em uma linha de pobreza de R\$ 140,00, para o estado do Ceará, a região Nordeste e o Brasil. Entre os anos de 2016 e 2017, o Brasil (7,8%) expôs um aumento da pobreza, movimento acompanhado pela região Nordeste (6,5%). Por outro lado, o Ceará reduziu a pobreza em -1% nesse período, passando de 20,1% para 19,9% o percentual de pessoas em situação de pobreza no Estado. Desse modo, entre 2016 e 2017 o Ceará passou a ter uma proporção de pobres inferior ao Nordeste, mas ainda com valores superiores a média nacional. No Brasil, em 2017, cerca de 11,1% da população era considerada pobre com base nesse critério.

Gráfico 5: Percentual de pessoas em situação de pobreza – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 e 2017.



Taxa de variação			
Período	Brasil	Nordeste	Ceará
2017/2016	7,8	6,5	-1,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual – PNAD Contínua/IBGE.

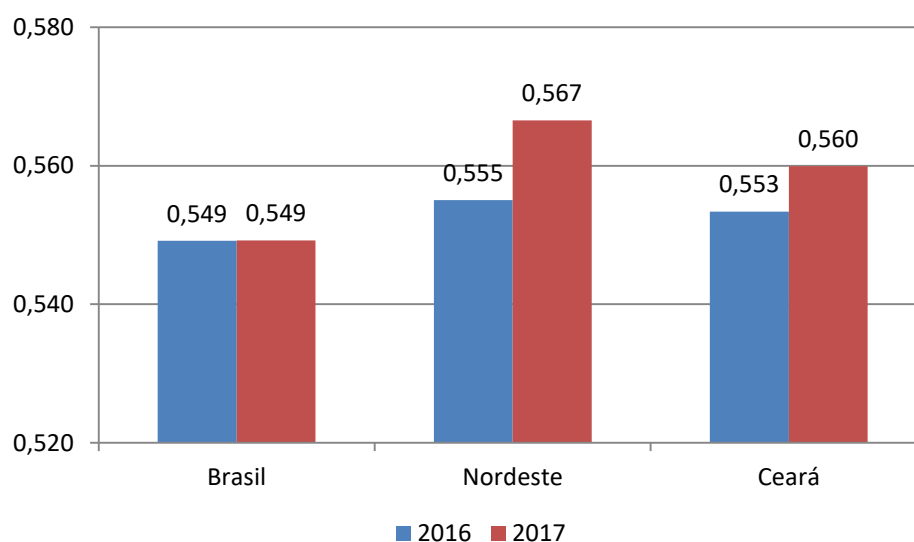
Nota: O valor da linha de pobreza é igual ao dobro do valor da linha de extrema pobreza, R\$ 140 (em reais de junho de 2011). Para comparações ao longo do tempo, o valor da linha de pobreza também foi deflacionado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

4. Desigualdade de Renda

A desigualdade de renda é um tema de suma importância na agenda de pesquisa econômica, em especial na que trata de desenvolvimento e crescimento econômico. No caso cearense, este tema é uma prioridade, pois historicamente o estado do Ceará apresenta níveis de concentração de renda elevados em comparação com as demais unidades federativas.

A medida mais tradicionalmente utilizada para medir o nível de desigualdade em uma sociedade é o Coeficiente de Gini¹. O Gráfico 6 apresenta o atual cenário da desigualdade do rendimento domiciliar per capita médio mensal do Ceará, da Região Nordeste e do Brasil, para os anos de 2016 e 2017, mensurado pelo Índice de Gini. Observa-se, nesse iterim, que enquanto a região Nordeste (2,1%) e o estado do Ceará (1,2%) pioraram sua distribuição de rendimentos, o Brasil permaneceu estável nesse indicador. Atualmente, o Nordeste e o Ceará exibem um coeficiente de Gini de 0,567 e 0,560, respectivamente.

Gráfico 6: Índice de Gini da renda domiciliar per capita – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 e 2017.



Taxa de variação			
Período	Brasil	Nordeste	Ceará
2017/2016	0,0	2,1	1,2

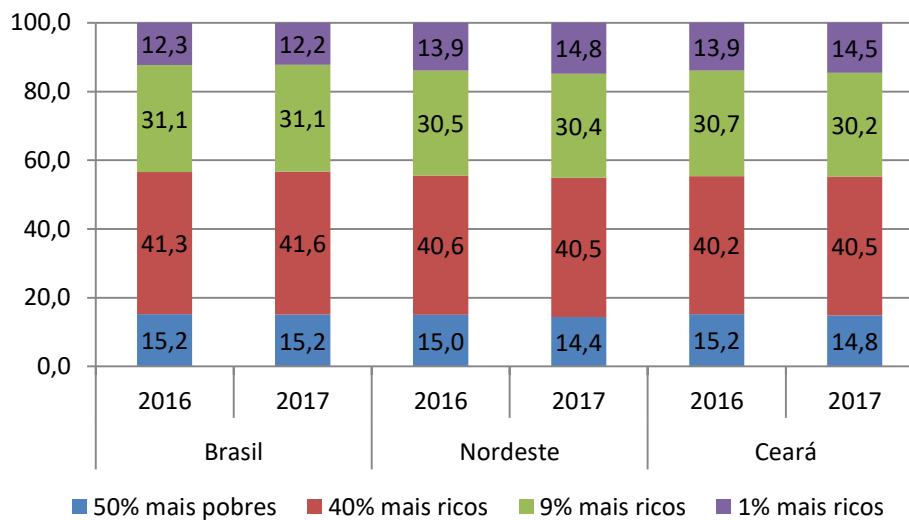
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual – PNAD Contínua/IBGE.

Outra maneira de verificar mudanças na dinâmica da desigualdade é analisar a proporção acumulada da renda por estratos da população. O Gráfico 7 exibe a parcela da renda apropriada pelos 50% mais pobres, os 40% mais ricos, os 9% mais ricos e os 1% mais ricos para os anos de

¹ O índice de Gini mede o grau de desigualdade na distribuição de renda. Seu valor pode variar teoricamente desde 0, quando não há desigualdade (as rendas de todos os indivíduos têm o mesmo valor), até 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula).

2016 e 2017. Os resultados mostram que a proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres no Ceará caiu (-2,7%) no período entre 2016 e 2017, ao passo que aumentou (4,4%) a parcela apropriada pelos 1% mais ricos. A região Nordeste apresentou movimento similar ao Estado. No Ceará, no ano de 2017, os 10% mais ricos se apropriavam de 44,7% da renda total da economia, enquanto os 50% mais pobres detinham apenas 14,8%.

Gráfico 7: Renda acumulada por estratos da população – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 e 2017.



Taxa de variação			
2017/2016	Brasil	Nordeste	Ceará
50% mais pobres	-0,6	-4,4	-2,7
1% mais ricos	-1,1	6,7	4,4

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual – PNAD Contínua/IBGE.

5. Considerações Finais

O presente Informe investigou o comportamento de variáveis importantes para o bem-estar social da população cearense nos últimos dois anos e, sempre que possível, as relativizou a região Nordeste e ao Brasil. A principal base de dados que permitiu o cálculo dos indicadores foi obtida, basicamente, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) elaborada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Essa análise da dinâmica do atual contexto dos indicadores de bem-estar – renda, pobreza e desigualdade, entre os anos de 2016 e 2017, ao comparar a situação do estado do Ceará com a da região Nordeste e do Brasil, possibilitou identificar as melhorias alcançadas e os desafios remanescentes. Pode-se destacar como avanço nesse período o aumento do rendimento médio cearense (4,7%), que passou de R\$ 788,00 em 2016 para R\$ 825,00 em 2017. Outro ponto positivo no Estado foi a redução da pobreza em -1% nesse período, passando de 20,1% em 2016 para 19,9% em 2017 o percentual de pessoas em situação de pobreza no Ceará. Esses movimentos ocorreram de modo inverso no cenário nacional, com redução da renda per capita e aumento da pobreza.

Dentre os desafios, destaca-se a piora na distribuição de rendimentos do Estado, que apresentou aumento do coeficiente de Gini no período. Nesse iterim, enquanto a região Nordeste e o estado do Ceará pioraram sua distribuição de rendimentos, o Brasil permaneceu estável nesse indicador. Como afirmado anteriormente, o custo social que se impõe com a presença de elevadas taxas de desigualdade reflete-se também em um expressivo custo econômico. Sem dúvidas, reduzir as desigualdades e aumentar as oportunidades econômicas são uns dos principais desafios para o Brasil e a sociedade cearense nos próximos anos.